

UM VÍRUS QUE DESVELA AS ENTRANHAS DO CAPITAL

Filipe Proença de Carvalho Moraes

Militante da Organização Anarquista Terra e Liberdade, professor de História da rede pública estadual do Rio de Janeiro e militante sindical no SEPE-RJ. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A saúde pública de um país significa a saúde das suas massas, e as massas dificilmente serão saudáveis, a menos que, até na sua própria base, sejam pelo menos moderadamente prósperas.

(...) A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

(Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1884)

Resumo: O presente artigo visa discutir a crise da pandemia do COVID-19 dentro da lógica da luta de classes e das disputas de projeto político para América Latina e para o mundo. Apropriando-se de perspectivas importantes para o anarquismo, como a ação direta, o apoio mútuo, a revolta popular e a revolução social. Entendendo a luta pela saúde pública como uma bandeira histórica da classe trabalhadora desde a Associação Internacional dos Trabalhadores. Polemizando também com outros artigos sobre o tema, como o recente artigo de Zizek.

Palavras-chave: Levante popular de 2013; Anarquismo hoje; Rojava; EZLN.

Abstract: This article aims to discuss the COVID-19 pandemic crisis within the logic of class struggle and political project disputes for Latin America and the world. Appropriating important perspectives for anarchism, such as direct action, mutual support, popular revolt and social revolution. Understanding the struggle for public health as a historic banner of the working class since the International Workers' Association. Also arguing with other articles on the topic, as the recent article by Zizek.

Keywords: 2013 popular uprising; Anarchism today; Rojava; EZLN.

A crise, o vírus e a revolta

20 de junho de 2013. Uma multidão estimada em um milhão de manifestantes tomou a Av. Presidente Vargas, a principal rua que corta o centro da cidade do Rio de Janeiro. Manifestações sacodem o Brasil de norte a sul, nas principais capitais, em cidades do interior.

A vida parecia ter se politizado. A política estava nas praças, nas ruas, nos debates cotidianos. Não nos representam! Queremos saúde, educação!¹ Copa do Mundo não! Bradavam os manifestantes em um contexto de crise de representatividade política. Não estavam sozinhos. Gritos ecoavam da Grécia, da Turquia!

Corte brusco para 2020. Um presidente de extrema-direita, neofascista², defensor declarado da ditadura-empresarial-militar sobe a rampa do Planalto. Um sentimento de terra arrasada, pessimismo, medo e desilusão toma conta de uma parcela dos progressistas da sociedade brasileira. Uma preocupação internacional com o futuro do Brasil transparece na mídia internacional.

Boa parte da esquerda institucional, em especial a que gerenciava o Estado burguês em 2013, se apressa em estigmatizar as manifestações de junho como “culpadas pela ascensão da extrema-direita”. A extrema-direita parece estar em ascensão internacional: França, Estados Unidos. Alemanha, Inglaterra, Venezuela, nas urnas e nas ruas.

Contudo, ainda em 2020, desafiando a narrativa da “terra arrasada”, novas revoltas populares sacodem a América Latina (Equador, Chile) e no Haiti. Colocaram em xeque o sistema político econômico vigente capitalista em sua forma mais profunda atual: o neoliberalismo.

Deste modo, justamente no Chile, país no qual o neoliberalismo atingiu seu modelo mais profundo privatista e liberal a revolta tem seu caráter mais duradouro e radical. No Brasil, a mesma esquerda institucional que estigmatizou e criminalizou 2013 defende de forma oportunista a revolta popular no Chile.

Entretanto, em meio a esse cenário, um vírus corta a conjuntura. A pandemia do Covid-19 expõe ainda mais as contradições das entranhas do capital e da sua faceta neoliberal. A classe dominante se apressa em afirmar que estamos todos no mesmo barco.

¹ Embora o levante de junho tenha tido múltiplas bandeiras, a defesa da saúde pública e da educação pública (bandeiras históricas da classe trabalhadora) foram uma constante nesse processo. Até mesmo nos mais exaltados manifestantes “verdeamarelistas”.

² Mais adiante discutiremos sobre esse conceito polêmico.

Porém, as consequências da pandemia já são (como na experiência da Itália, Espanha e Equador, por exemplo) e serão ainda mais violentas para a classe trabalhadora.

Deste modo, essa pandemia não é um “raio que cai do céu”, tampouco é algo que pode ser isolado da realidade política econômica e social, pelo contrário. Ela como todo fenômeno social pode ser mais bem compreendido dentro do contexto da luta de classes. Da disputa de projeto político para América Latina e para o mundo: um vírus que corta uma luta entre a classe trabalhadora e o capital, entre a luta por direitos (saúde, mais claramente nesse caso) e o neoliberalismo.

Sendo assim, nossa tarefa no presente texto é a de tentar desatar alguns nós conjunturais em todo esse complexo contexto. Situar elementos aparentemente desconexos como um vírus, a crise do capital e as revoltas populares latino-americanas.

Nesse sentido, o caso do modelo econômico chileno merece um destaque especial por ter sido o laboratório latino-americano do neoliberalismo, possuindo estreitas relações com o projeto neofascista neoliberal em curso no Brasil.

Acontece que no Chile a ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990) massacrou as organizações³ dos trabalhadores abrindo caminho para destruir todo o sistema de assistência social e de serviços públicos. Aplicando em máximo grau o modelo neoliberal de privatização da vida: saúde, educação, previdência social: tudo completamente privatizado, controlado pelos capitalistas.

Já no caso brasileiro atual, o projeto neofascista liberal tem o modelo chileno como referencia econômica. O ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes⁴, tenta implementar um modelo similar. Todavia, a dificuldade para os gerentes do Estado reside justamente no desafio de tentar implementar esse projeto em um contexto de “democracia liberal”⁵, onde algum nível de organização sindical, estudantil e popular ainda é tolerado⁶.

³ Neste sentido, um modelo autoritário de ditadura foi cenário ideal para que o neoliberalismo chegasse ao seu auge na América Latina: o caso chileno.

⁴ Paulo Guedes viveu nos anos 80 no Chile, aderindo à chamada Escola de Chicago. Tendo como um dos principais expoentes o economista Milton Friedman esse grupo foi o cérebro da política econômica da ditadura chilena.

⁵ Entre aspas, pois apesar de tentar legitimar-se tentando manter alguma margem de liberdade de organização popular, a democracia representativa liberal” é na prática uma das muitas formas do poder dos ricos, do capital, uma das formas da “plutocracia” (Moraes, 2018).

⁶ Até mesmo para manter as aparências democráticas desse tipo de regime. Contudo, apesar das ilusões, o fato de existir uma margem de manobra para as organizações de trabalhadores, dificulta a implementação “a toque de caixa” para as reformas neoliberais. Desta maneira, a necessidade constante do governo de tentar deslegitimar, desacreditar e asfixiar economicamente os sindicatos e demais movimentos sociais. Mais adiante falaremos sobre as táticas neofascistas de gerência das ditas “democracias liberais”.

Dito isso, nessa conjuntura do capital nacional e internacional, voltemos à pandemia. Como a maioria das tragédias nos marcos do capitalismo, essa é também uma tragédia de classe. Tendo maioria das mortes⁷ um recorte claro de classe, raça e gênero. Sendo as consequências políticas, econômicas e sociais de todo esse processo sentidas de forma mais agressiva pelos de baixo.

Deste modo, todo esse processo desvela para os trabalhadores a necessidade de defesa da saúde pública, bem como a sua relação com as condições objetivas de vida dos trabalhadores: moradia, saneamento básico, condições materiais mínimas (tudo aquilo que se tem debatido hoje).

Sendo assim, as trincheiras parecem abertas e definidas. De um lado defesa da saúde pública⁸, uma bandeira histórica da classe trabalhadora e de socialistas desde a Associação Internacional dos Trabalhadores (bandeira presente inclusive em junho de 2013). Do outro o capital, com lógica neoliberal e privatista à serviço dos planos de saúde privados e da indústria farmacêutica.

Deste modo, como a maioria das crises, dialeticamente, nem tudo são aspectos negativos dessa experiência pandêmica. Por outro lado, as contradições expostas trazem a tona importantes debates. Volta-se a falar, até mesmo na mídia burguesa, da necessidade de um sistema de saúde pública universal e unificado. Da necessidade de uma renda mínima para desempregados, autônomos e informais. Do questionamento da lógica do lucro dos planos privados e da indústria farmacêutica. Da necessidade de se expropriar o sistema de saúde privado e de sua coletivização.

Volta-se a falar de cooperação, coletividade. Percebe-se, intrínseco no medo da “catástrofe econômica do confinamento” como é o trabalhador que na verdade movimenta a economia. Até liberais defendem políticas, as quais antes, na “normalidade” taxavam de socialistas. O socialismo volta aos debates. Intelectuais de esquerda como Zizek, falam do quanto esse vírus pode ser “um duro golpe no coração do capitalismo”.

Rompendo “consensos”: de volta ao socialismo revolucionário

⁷ https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/negros-enfrentam-indices-alarmantes-de-contaminacao-pelo-coronavirus-nos-eua.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa
Acesso em 26/04/2020.

⁸ Bandeira presente no levante popular do Chile e também no tão criminalizado, até por parcela da esquerda, levante popular de 2013 no Brasil.

Desde 1989⁹, com a queda do Muro de Berlin e o fim das experiências do dito “socialismo real¹⁰” um oportuno consenso varreu a maioria dos partidos, organizações e movimentos sociais da direita até a esquerda. A crença de que uma revolução social não seria mais possível.

A tese central, forjada por intelectuais como Fukuyama é de que a era das revoluções havia terminando, que o capitalismo havia chegado para ficar e que a “democracia liberal” seria um valor universal. Deste modo, a “História havia chegado ao fim” (Fukuyama, 1993).

Sendo assim, nos parece coerente que intelectuais burgueses¹¹ como Fukuyama tenham embarcado nesse tipo de entendimento histórico. Compreensível, como comprometidos com a classe dominante, em um contexto de pessimismo revolucionário, tentavam transformar suas projeções políticas em prognóstico irrefutável. Desejos forjados em teoria. Uma espécie de teleologia dos vitoriosos.

Entretanto, o que mais impressiona é o quanto essa construção ideológica da classe dominante, conseguiu ampla adesão não somente da intelectualidade direitista, mas da maioria das organizações políticas e partidos de esquerda. Que com relativa facilidade se acomodaram à perspectiva da “democracia liberal” como valor universal, a crença na institucionalidade burguesa, ao legalismo e ao reformismo.

A tese central para essa esquerda é que uma revolução social realmente não seria mais possível, que não haverá um novo ciclo revolucionário, cabendo aos trabalhadores lutar para aperfeiçoar a ordem capitalista e a “democracia liberal” de forma mais “inclusiva” em um “capitalismo mais humano”.

Deste modo, acomodados ao capitalismo e a falácia da “democracia liberal”, capitulando de qualquer perspectiva revolucionária, conciliando com a tese proposta pela classe dominante (nessa ótica), não sobraram muitas perceptivas para que os trabalhadores pensassem na construção de uma nova ordem social, outro mundo possível.

Nessa visão, para o proletariado, sobrou apenas o reformismo e o legalismo, a crença na institucionalidade como meio de se atingir por meio da disputa de cargos no parlamento

⁹ Claro que anteriormente em diversos momentos da História da classe trabalhadora a perspectiva legalista e reformista esteve em ascenso, contudo, depois de 1989 ela se torna próxima de um consenso.

¹⁰ Termo utilizado para designar a experiência concreta dos regimes “socialistas de estado” e não das teorias formuladas por Marx e Engels. Não defenderemos esse termo, tampouco acreditamos que esse seja o único socialismo possível na prática.

¹¹ Francis Fukuyama foi um dos ideólogos dos governos neoliberais de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, possuindo profundas relações com o primeiro.

e no poder executivo algumas migalhas para amortecer a exploração dos trabalhadores na ordem capitalista.

Nessa ótica reformista, a perspectiva fundamental da teoria anarquista, a de construir uma nova ordem social por meio da via revolucionária, pela base, não tinha espaço: “uma autêntica revolução, impulsionada de baixo para cima, capaz de produzir espontaneamente órgãos de democracia direta” (Guérin, 2003: 111) seria algo não só inimaginável, mas indesejável.

Sendo assim, depois da ampla capitulação da maioria da esquerda, os anarquistas ficaram por algum tempo isolados nessa posição e defesa da via revolucionária, salvo por alguns grupos maoístas e trotskistas mais radicais.¹²

Nesse sentido, o estrago foi tão grande, que até hoje falar de revolução social virou algo “fora de moda”, coisa de gente “parada no tempo” ou algo de certo modo descolado da realidade objetiva ou dos horizontes possíveis. Já o termo socialismo, tornou-se no máximo alguma perspectiva mais entusiasta para designar algum partido pequeno burguês ávido por na verdade gerenciar o capitalismo em um “sentido mais humano”. Cativando quiça algum eleitorado mais progressista.¹³

Caro leitor, é muito difícil combater ideologicamente um consenso social. Quando uma “verdade” varre um amplo espectro do campo político. Porém, felizmente a luta de classe e as revoluções não se extinguem por decreto. Mesmo depois de 1989 diversas vezes se insurgem contra a ordem capitalista e a falácia da “democracia liberal”.

Desvelando que esta última não é uma democracia de fato, mas na verdade uma das muitas formas de poder do capital, da “plutocracia¹⁴” (Moraes, 2018). Mostrando ainda que é possível uma ruptura com o capitalismo e um “retorno ao socialismo revolucionário”. Contudo, sob outras perspectivas que não a do “socialismo de estado”, das teorias de vanguarda e do centralismo, mas as do poder popular amplo, construído pela base, pela via da democracia direta.

Apenas cinco anos após a queda do Muro, em 1994, rostos mascarados se insurgem das colinas de Chiapas no México contra a ordem capitalista. São os indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional que aparecem no cenário internacional defendendo formas

¹² Contudo, ainda que defendessem a revolução e a necessidade do poder dos conselhos, tipo comuna ou soviets (ao menos no início do processo revolucionário) esse grupos defendiam posteriormente uma centralização estatista por meio da “ditadura do proletariado”.

¹³ No máximo uma perspectiva socialdemocrata, mas nunca uma defesa da ruptura com a ordem capitalista.

¹⁴ Do grego *ploutos*: riqueza; *kratos*: poder.

de democracia direta, justiça social e por outros mundos possíveis. Falam abertamente de revolução, da necessidade de arrebentar a ordem burguesa, o Estado, o presidencialismo.

Neste sentido, esta revolução não se concluirá numa nova classe, fração de classe ou grupo no poder, e sim num espaço livre e democrático de luta política. Este espaço livre e democrático nascerá sobre o cadáver fétido do sistema de partido de Estado e do presidencialismo. Nascerá uma nova relação política¹⁵ (EZLN, 1994).

Do mesmo México, em 2006 emerge a Comuna de Oaxaca, uma das experiências mais radicais de poder popular do século XXI. Tendo como estopim a repressão a greve de professores da rede estadual, os quais lutavam contra a privatização da educação. O movimento se generaliza na classe trabalhadora e se desdobra em luta de rua, barricadas, tomada de estações de tevê, radio e órgão públicos pela Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO).

Deste modo, seus participantes defendem novas formas de organização social. Para além do reformismo, querem mudanças radicais, profundas, estruturais, como afirma German Mendonza Nube¹⁶:

Se o povo não toma formas de organização que o fortaleçam, está perdido. Por isso dizemos que acudimos como APPO porque surgimos como instrumento de poder real, do povo para o povo. A APPO é uma nova força social que vai ajudar em uma mudança profunda (Nube, 2006).

Hoje, enquanto escrevo esse texto, ainda que a esquerda reformista ignore quase que completamente, uma revolução social ainda resiste em Rojava, no Curdistão Sírio. Uma experiência radical, armada, no coração do Oriente Médio, com ampla participação de mulheres não ocidentais. Defendendo um modelo de revolução social que leva em conta a dimensão da opressão étnica e com a defesa de um amplo protagonismo feminino.

O PYD não se apresenta somente como um grupo anti-Assad ou independentista, mas como um grupo que está buscando promover uma Revolução Socialista Libertária na região de Rojava. O modelo que o PYD defende de organização social-política-econômica é inovador, pois rejeita o papel do Estado-nação e da democracia representativa, privilegiando o poder local e a democracia radical (Morais, 2017).

Deste modo, para a esquerda liberal invisibilizar essa revolução fez-se necessário para ocultar as contradições daqueles que capitularam ao reformismo, que silenciam Rojava,

¹⁵ EZLN. Segunda Declaração de Selva Lancandona. Chiapas, junho de 1994.

¹⁶ German Mendonza Nube foi o primeiro preso político de dia 14 de julho quando estourou a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca. In. História da Comuna de Oaxaca.

mas fazem alvoroço com a vitória eleitoral de qualquer partido reformista de esquerda que consiga algum cargo executivo para gerenciar o capitalismo, como o Syriza grego¹⁷. Compreensível, a esquerda liberal pequeno burguesa precisa defender seu próprio espelho, sua imagem e semelhança,

Contudo, como nos apontam as experiências revolucionárias pontuadas, é preciso inverter a lógica e as perguntas que são feitas por essa esquerda institucional. Assim como é preciso virar novamente o mundo de ponta à cabeça! “Será possível uma revolução social atualmente na ordem capitalista?” A História já nos mostrou que sim. Então devemos demonstrar o quanto à esquerda liberal, institucional e reformista é que serve como freio para a construção de um processo revolucionário.

Sendo assim é o consenso legalista e reformista que se torna entrave para a revolução social, tendo toda essa acomodação dessa esquerda a gerencia do capital e a “democracia representativa” servido como amortecedor na luta de classes. “Não há o que fazer, elejam nossos candidatos!”, dizem. Invertamos a afirmação: a lógica de adesão à “democracia burguesa parlamentar” é que contribui para deseducar a classe trabalhadora, tentando forjar um proletariado reformista. Tentando manter a classe refém das eleições burguesas e do *status quo*.

Deste modo, produz-se uma esquerda mais inofensiva, iludida com pequenos ganhos dentro do parlamento, criando ilusões na classe trabalhadora. Em longo prazo, essa esquerda consentida pela classe dominante se torna um elemento importante para manutenção do sistema. Alimentando um verniz democrático em uma ordem moldada para “moer carne” de gente pobre, negra, trabalhadora, indígena.

Sendo assim, indígenas da EZLN, comunardos de Oaxaca ou mulheres curdas nos apontam caminhos em comum. Uma revolução social não é somente possível, como desejável. “A queda do Muro de Berlin” do ponto de vista histórico é “logo ali”. Não temos distanciamento histórico suficiente para decretar o fim das revoluções e das perspectivas revolucionárias, pelo contrario, temos inúmeros exemplos de que revoluções sociais são possíveis e fazem parte da lógica do desenvolvimento da luta de classes.

Se hoje ninguém (ou quase ninguém) acredita na teleologia dos Partidos Comunistas do século XX: a crença de que o mundo marcha inexoravelmente para o comunismo, tampouco a humanidade marcha inexoravelmente rumo à barbárie. Em meio à distopia

¹⁷<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/05/syriza-e-um-exemplo-para-a-esquerda-mundial-diz-luciana-genro/>. Acesso em 26/04/2020.

capitalista a utopia é possível. Todos os sistemas políticos ruíram. As trincheiras continuam abertas. Um “novo tempo” não é só possível como necessário.

O problema da pós-modernidade

Essa via fortaleceu a perspectiva liberal, pautou as questões a partir do indivíduo, do mérito, da conquista individual, e estimulou e valorizou figuras de poder e riqueza como príncipes e executivos negros, número de mulheres que são gerentes de empresa e donas de ações, etc. Sem uma perspectiva anticapitalista, integrada às questões de classe a totalidade de um sistema, levou o importante questionamento do sistema de privilégios e protagonismos nos meios de esquerda e na sociedade à uma via, exclusivamente, de integração ao sistema do capital. É preciso ressaltar! Questionar isso, de modo algum, implica em não apoiar as ações afirmativas, políticas específicas para lgbts, mulheres e outros grupos oprimidos. Mudar a cor de uma universidade, o número de médicos, é importante sim! Agora isso não pode aparecer numa perspectiva capitalista e liberal. Não, as ações afirmativas, ainda que necessárias hoje - justamente porque existe capitalismo e racismo -, não vão tornar brancos iguais a negros. As oportunidades não serão iguais e, entre os ricos e pobres, a "representatividade" nunca será igual. A presença cada vez maior de atrizes e atores negros na televisão, por exemplo, é um aspecto positivo sim na questão da valorização da diversidade, da auto-estima, da valorização de si, no ponto de vista de quem sofre racismo na pele, mas é muito pouco e pode ser muito suja quando guiadas por empresários que buscam apenas mercados de consumo com a estética negra (OATL, 2018).

Com a capitulação de boa parte da esquerda em relação à perspectiva revolucionária, do consenso da “democracia liberal” como valor universal, como dito, sobrou uma margem pequena de manobra para essa esquerda. Deste modo, na ausência de um projeto social de transformação profunda, encontraram no que alguns chamariam de “teorias pós modernas”¹⁸ uma oportunidade de utilizar um verniz pretensamente radical em velhas ideias liberais, individualistas e que negam perspectivas mais coletivas.

Contudo, precisamos pontuar o que entendemos por “pós-modernismo”. Na prática, o “pós-modernismo” não é exatamente uma linha política. Essa nomenclatura, de fato, não é assumida abertamente por nenhuma organização ou movimento social dentro da esquerda ou direita. Por outro lado, também são raros os grupos que aderem completamente à uma agenda pós-moderna *stricto sensu*. Então o que é pós-modernismo?

O pós-modernismo é uma tendência intelectual que tem crescido e influenciado boa parte dos debates atuais no tocante à questão das opressões e outros temas. Uma tendência de negação da História, das perspectivas “modernas” revolucionárias, dos valores de liberdade, igualdade dentro de uma perspectiva de transformação coletiva geral. Da ênfase na fragmentação e nas múltiplas identidades.

¹⁸ Stuart Hall, Bauman, Baudrillard, Lyotard.

Consideram qualquer perspectiva de luta coletiva como “universalizante” e eurocêntrica, substituindo o projeto de sociedade pela fragmentação das lutas e pela assimilação das “minorias” ao mercado. No tocante à esquerda, apostam em um “casamento perfeito”: a junção das perspectivas identitaristas com o legalismo e o reformismo da esquerda liberal.

Deste modo, mais adequado do que o termo “esquerda pós-moderna”, dando ênfase a algo aparentemente novo, na prática seria mais correto chamá-los por um nome mais preciso: esquerda liberal. No fim, apesar de trilhar caminhos teóricos mais complexos (e trazer debates importantes e relevantes!) capitulam à perspectivas liberais, individualistas e “ongueiras”.

Uma das táticas dessa esquerda liberal é a de tentar criar o “monopólio da virtude”, onde somente eles seriam os representantes legítimos dos grupos sociais oprimidos: mulheres, negros, indígenas e LGBTQIs, tentando construir um consenso artificial sobre essas discussões. Contudo, mais uma vez, dentro da lógica da esquerda liberal, o único caminho que resta para esse grupos oprimidos é a luta para inserir-se no mercado e por buscar um patamar mais elevado na ordem social burguesa por meio do enriquecimento individual.

No fim, promovem a conciliação de classes dos oprimidos com a classe dominante. Restando para os oprimidos uma luta difusa em grupos fragmentados, focados em conquistas legais sem nenhuma perspectiva coletiva socialmente. Seu vocabulário e bandeiras, embora alguns não saibam, são frutos de organizações como a ONU¹⁹ que defendem como política o “empoderamento²⁰” das “minorias”.

Porém, por outro lado, a esquerda revolucionária, ao tentar contrapor-se a essa esquerda liberal, não pode cair na armadilha estalinista de afirmar que as lutas contra a opressão em si “dividem a classe trabalhadora”, pois o que divide a classe de fato é o racismo, o machismo, a lgbtfobia. Colocando trabalhadores contra trabalhadores. Sendo assim, lutar contra as opressões é pré-requisito para tentar construir a unidade da classe!

¹⁹ Em <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>, a política de empoderamento da ONU e sua parceria com grandes corporações como a Coca-Cola.

²⁰ Empoderamento entendido em sua dimensão individual, de poder, de inserção na ordem social estabelecida. Sobre esse debate, achamos o termo emancipação mais adequado por apontar para a necessidade de libertação coletiva e também por apontar para a opressão como uma relação. Não se trata de ter poder somente, mas de libertar-se de uma relação de opressão e de poder. Trata-se de abolir o patriarcado, a homofobia, a heteronormatividade e não de “empoderar” no sentido burguês e mercadológico as “minorias”.

Deste modo, o problema não são as lutas contra a opressão e nem as “lutas identitárias²¹”, mas o identitarismo que coloca os trabalhadores negros, mulheres, LGBTs a reboque da conciliação com a burguesia, abolem qualquer perspectiva de luta coletiva e de projeto social de transformação estrutural.

Em suma, apesar dos belos discursos, os esquerdistas liberais no geral defendem apenas a aceitação de uma pequena “elite de representatividade” na classe dominante, consentida pelo próprio mercado, mantendo a hierarquia e a estrutura racista, patriarcal, heteronormativa e lgtbfóbica do corpo social.

Nesse âmbito, ao contrário, se faz necessário defender uma perspectiva de luta coletiva desses setores oprimidos, contudo, com um claro corte classista, no entanto levando em conta a necessidade de protagonismo dos sujeitos oprimidos. Defendendo uma perspectiva de aliança desses setores com um projeto social, não somente no sentido do “empoderamento” (sentido individual), mas no sentido de emancipação, ou seja, em um sentido relacional (emancipação em relação ao grupo opressor e ao sistema de dominação) e em um processo radical e coletivo (como no caso dos Panteras Negras ou das mulheres curdas.) de libertação geral e estrutural.

Consoante com essa perspectiva, que tenta conjugar uma perspectiva revolucionária com a luta contra as opressões, podemos ler no jornal *Terra e Liberdade* n.1, de 2012:

Dessa forma, uma revolução que pense apenas na emancipação da classe trabalhadora, possivelmente continuará reproduzindo a discriminação contra as demais minorias, em suma, será uma revolução que emancipará somente o trabalhador que seja homem, branco, heterossexual, intelectualmente são e hábil fisicamente. Por isso, pensar numa revolução que construa um mundo realmente igualitário é pensar também na luta contra as opressões às minorias, contra as outras hegemonias que atravessam nossa sociedade. Queremos construir um novo mundo onde caibam tantos outros mundos. Para tanto, precisamos lutar para que operárias, camponeses, quilombolas, indígenas, camelôs, travestis, pessoas com deficiência física, idosos, ciganas, presidiários, intersexuais, loucos, prostitutas, homossexuais e tantos mais sejam igualmente livres. Pois, como disse Bakunin, “liberdade sem socialismo é privilégio, socialismo sem liberdade é escravidão” (OATL, 2012).

Para ilustrar na prática o problema dessa tendência liberal, voltemos ao caso mais diretamente atual: a pandemia de coronavírus; Um aspecto relevante e ligado a essa perspectiva liberal tem aparecido no discurso de valorosos companheiros do campo autônomo. Por um lado, positivamente, a necessidade de quarentena se tornou um consenso dentro do campo progressista, na contramão da ideia bolsonarista de “quarentena vertical”

²¹ Pelo contrário, identidades são importantes e fundamentais no processo de libertação coletivo.

para não “atrapalhar a economia”. Contudo, uma ideia equivocada, advinda dessa perspectiva liberal e dos identitarismo tem sido evocada nesse debate.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, alguns companheiros e companheiras tem honestamente evocado “o privilégio da quarentena” para denunciar a dificuldade das favelas e periferias de fazê-la. Partem de uma premissa bem intencionada e verdadeira: de fato, no Rio de Janeiro, em especial nas áreas mais proletarizadas, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras são informais e autônomos. Deste modo, conseqüentemente, apenas uma parcela menor da classe trabalhadora poderá mais facilmente exercer a quarentena sem cortes de renda. Contudo, nesse debate o conceito de privilégio tem sido usado de uma maneira equivocada. O que é sintomático.

Deste modo, se faz necessário conceituar o termo. Privilégio não se trata apenas de uma questão numérica ou quantitativa.²² Se trata de um benefício que é exercido em cima de outrem, em detrimento de outrem. Com uma classe ou grupo de indivíduos usurpando algo de outros, beneficiando-se em cima de outros ou outras. Como por exemplo, os privilégios feudais que eram exercidos pelos senhores sobre os camponeses na Europa medieval, ou o privilégio escravocrata brasileiro, dos fazendeiros sobre os escravizados. Em uma perspectiva igualitária, socialista, ou ao menos progressista, privilégios sempre devem ser abolidos.

Já no caso da quarentena, ela claramente não se enquadra nesse caso, pois se trata não de um privilégio, mas de um direito básico. Contudo, um direito que no caso do Rio de Janeiro é negado para maioria da população. Não negado pela minoria de trabalhadores que poderão exercê-lo e proteger suas vidas, mas pelos verdadeiros privilegiados: os políticos que gerenciam o Estado à serviço do capital e da classe dominante.

Diferenciar isso é importante, para mirar nos inimigos corretos, não “dividir a classe”²³ e em último não grau fazer coro com o discurso de extrema-direita mais tacanho: o que isenta banqueiros, empresários e latifundiários, mas ataca servidores públicos e trabalhadores de um setor um pouco mais bem remunerado como privilegiados e culpados pela miséria do povo (como no debate da reforma da previdência, por exemplo).

Deste modo, no caso da quarentena, ainda que seja verdade que a classe dominante burguesa (os verdadeiros privilegiados) poderá exercê-la, trabalhadores formais e

²² Se mais de 50% de uma população puderem exercer um “privilégio” ele automaticamente se torna um direito? Se menos de 50% exercê-lo isso caracteriza um “privilégio”?

²³ Claro que existem diversas frações na classe. Inclusive o protagonismo dos setores mais proletarizados sempre foi uma defesa anarquista, como no conceito de Bakunin de “fina flor do proletariado”. Contudo, contra os padrões e o Estado e não contra trabalhadores.

servidores, alguns bem precarizados, também poderão. O desafio não se trata de abolir a quarentena, “abrir mão de privilégios”, mas sim da luta por estender direitos para toda a classe trabalhadora. Deste modo, a perspectiva da greve geral²⁴ em defesa da vida dos trabalhadores e da luta para pressionar o Estado para garantir meios de subsistência das famílias trabalhadoras se faz fundamental.

Sendo assim, o debate central deve ser o de construir meios de auto-organização e autodefesa em meio a pandemia. Em especial da classe trabalhadora das favelas e periferias para contenção de danos nesse momento de crise. O momento é de denunciar em uma mão as condições de vida dos trabalhadores, em especial desses mais precarizados e em outra construir meios objetivos de defesa e de sobrevivência.

Voltando ao debate da esquerda liberal “pós-moderna” propriamente dito, esse referido “monopólio da virtude” dessa esquerda que tenta tachar iniciativas não eleitorais e revolucionárias de opressoras, tem recebido duros golpes da realidade objetiva.

Se os reformistas liberais nos dizem que não há perspectiva fora do reformismo para os indígenas, novamente recorreremos à Chiapas. Indígenas zapatistas de armas em punho nos recordam que há muito mais que se lutar que o reformismo liberal.

Se os reformistas liberais afirmam que é preciso lutar por mulheres “empoderadas” e ricas, as mulheres curdas, no bojo de uma revolução não ocidental, de um grupo étnico historicamente oprimido, nos apontam que temos muito mais para conquistar do que simplesmente o identitarismo legalista e reformista.

Em suma, a esquerda liberal “pós-moderna” poderá até trazer pequenas conquistas pontuais ou individuais, mas a longo prazo, nunca trará de fato a libertação coletiva e o fim das estruturas de opressão. Não trarão a emancipação para os trabalhadores e trabalhadoras e nem mesmo para os grupos oprimidos que dizem representar.

Nessa lógica, para a luta contra as opressões, no projeto da esquerda liberal, apenas a incorporação de uma pequena “elite de oprimidos” na classe dominante. Sendo assim, por outro lado, no espírito de Rojava e Zapata é preciso voltar à consígnia da Internacional: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Adicionando ainda, dentro de uma perspectiva revolucionária para as lutas contra as opressões que a “emancipação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos”.

²⁴ Como na iniciativa da greve dos trabalhadores extremamente precarizados dos *call center*. <https://www.publico.pt/2020/03/15/economia/noticia/coronavirus-trabalhadores-call-centers-avancam-greve-1907889>

Crise de representatividade: o neofascismo e a capitulação da esquerda institucional

O ascenso do fascismo e da extrema-direita não são fenômenos descolados da conjuntura histórica. Tampouco estão alheios a luta de classes. Seu ascenso enquanto alternativa viável se dá geralmente no contexto das crises do capitalismo (crise econômica) a qual está diretamente ligada a crise política: crise de representatividade e descrença na democracia burguesa, como percebemos na conjuntura internacional. O fascismo se oferece para socorrer a classe dominante, a burguesia, quando a máquina da democracia burguesa já não consegue cumprir seus interesses de forma satisfatória. A mesma classe, que antes se colocava como defensora da democracia liberal, para prevalecer seus interesses adere ao fascismo ou ao ideário de extrema-direita. Deste modo, a luta antifascista, deve apontar também para uma luta anticapitalista, afinal a classe dominante quase sempre recorrerá a “salvação fascista” novamente quando for de seu interesse. O fascismo faz parte da lógica capitalista, ele não é um “ponto fora da curva” da “democracia burguesa” (OATL, 2019).

Nesse sentido que entendemos a ascensão da extrema direita no Brasil. Não como um “raio que cai do céu” ou um fenômeno descolado da conjuntura internacional, mas dentro do bojo da ascensão da extrema-direita e do fascismo no contexto do acirramento da luta de classes. O fascismo como um “salvador” da ordem burguesa em um contexto pós-crise capitalista de 2008. No contexto da consequente crise de representatividade e da crise da “democracia liberal”.

Deste modo, desde 2010 ao menos, agudizando-se em outros pontos do globo em 2012 e 2013, a ordem do dia é o questionamento da autoridade vigente. Primeiramente percebemos levantes no norte da África e na Ásia, na chamada “Primavera Árabe”, em luta contra regimes que se perpetuavam por décadas. Já em 2012 e 2013, o surgimento de levantes na Turquia, Grécia, passando pela Espanha (Indignados), Estados Unidos (Occupy Wall Street) e Brasil.

Destes últimos, salvo as diferenças locais, seus desdobramentos e a singularidade de cada localidade, podemos notar como ponto de contato a descrença na “democracia liberal”, na institucionalidade e a busca por novas formas de organização mais horizontais e diretas.

Nesse contexto de crise de representatividade, a ordem do dia era o questionamento da “democracia representativa”, a busca por “novas” perspectivas que rompessem com a “velha política”²⁵. Nesse cenário, uma retórica se fez comum pós-2013, a qual vai do PSOL ao PSL, passando pelos novos partidos formados como o *Podemos* na Espanha: a tentativa de diferenciar-se do que chamam de “partidos tradicionais”, da “velha política”.

²⁵ Embora esse termo não seja tão preciso, o utilizamos por ser uma constante na retórica de nosso tempo.

Compreensível, em um contexto de crise de representatividade é preciso se camuflar: ser político tentando parecer não ser²⁶. Até mesmo partidos tradicionais como o PMDB mudam de nome, por exemplo, retirando o termo partido da sigla.

Deste modo, o terreno também se fazia propício para perspectivas que tivessem um discurso radical, de superação da ordem, de “arrebentar o sistema”, um discurso que sempre foi operado muito bem pela esquerda. Contudo, boa parte da esquerda fez o movimento contrário e sabemos que em política não existe vácuo de poder.

A esquerda institucional, internacionalmente, e em especial a esquerda institucional que gerenciava o Estado burguês no Brasil aprofundou cada vez mais seu processo de acomodação à democracia burguesa e a chamada “governabilidade”. Aprofundando os pactos com tudo que havia de pior na “velha política” e com o grande capital. Defesa da Copa do Mundo, Olimpíadas, alianças com PMDB, *Odebrecht*, perseguição aos movimentos sociais: *Aldeia Maracanã*, *Caso dos 23*²⁷, assinatura da lei-antiterrorismo. Ocupação da Favela da Maré. A esquerda institucional, em um contexto de crise, guinou cada vez mais à direita.

Por outro lado, a extrema-direita liderada por Bolsonaro, conseguiu operacionalizar bem o discurso no sentido contrário, muito mais adequado às demandas de nosso tempo, devemos admitir: “é preciso enfrentar o sistema”, “é preciso acabar com a velha política”. Conseguiram se apropriar, ainda que falaciosamente, do discurso anti-sistema e identificar o PT com a esquerda e a esquerda com o sistema.

Entretanto, a extrema-direita, assumindo a gerência do estado, na prática, aplicou um plano nada anti-sistêmico: por um lado um projeto econômico ultraliberal e de outro uma política reacionária com características neofascistas. Contudo, um fascismo que gerencia uma “democracia representativa”.

Desta forma, um elemento importante: perceba que não necessariamente, nos dias atuais, a extrema-direita e o fascismo se manifestam por meio de um golpe de estado no sentido clássico. Obviamente, figuras como Bolsonaro não teriam dilema moral algum em fazê-lo, contudo, nem sempre a correlação de forças se mostra favorável para tal.

Em vista disso, uma tática comum da extrema direita é a de infiltrar-se para gerenciar “democracias liberais” e por dentro do próprio sistema, criar medidas “fascistizantes”,

²⁶ Como Bolsonaro depois de vinte anos como deputado apresentando-se como “não político”.

²⁷ Os 23 manifestantes presos às vésperas da final da Copa do Mundo. A política de criminalização dos manifestantes de 2013 por “associação criminosa” foi decidida por Dilma em reunião com os secretários de segurança dos estados. Deste modo, os 23 no RJ, Fabio Hideki em São Paulo e os manifestantes de Goiânia foram enquadrados no mesmo artigo.

“militarizantes”. Tentando “por dentro do sistema” criar constantes “excepcionalidades”: leis contra imigrantes, cassação de direitos de mulheres e lgbts, asfixia econômica de sindicatos, etc.

Nesse sentido, sobre a discussão do conceito de neofascismo segundo o historiador português Manuel Loff seria “ingenuidade julgar que o fascismo só aparece se for parecido aos anos 1920”. (Loff, 2020). Deste modo, a extrema-direita brasileira que hoje gerencia o estado é uma forma latino-americana atual do fascismo, manifesta-se com suas peculiaridades locais, adequado ao seu tempo e muito bem “armado”.

Trata-se de uma aliança conservadora da classe dominante burguesa com as igrejas neopentecostais (seu braço de mobilização popular no seio do proletariado) e setores das forças armadas. (exército e polícia/ milícia). Como todo fascismo, pretendem aniquilar toda forma de “oposição”, seja ela de instituições burguesas-liberais (como STF, parlamento) ou proletária (sindicatos, por exemplo) e se “conectar diretamente com o povo”. Utilizam da retórica nacionalista e militarista, possuem milícias armadas de combate (as próprias milícias) e defendem o extermínio da esquerda.

Como todo fascismo, operam o ressentimento das massas para colocar “trabalhador contra trabalhador”, demonizando servidores, esquerdistas, ou presidiários como inimigos. Operando seu apoio popular (advindo em parte desse apoio das igrejas neopentecostais e do abandono do trabalho de base das esquerdas) para aplicar uma política radicalmente elitista.

Contudo, diferente do fascismo dos anos 20, em economia esse fascismo é liberal e não defende o controle total do estado na economia. Acontece que o fascismo de tipo estatista e nacionalista em economia, apesar de ter tido expressões bem relevantes na América Latina, como a Ação Integralista Brasileira, nunca prosperou no continente com tanta força como na Europa.

Por aqui a força do imperialismo estadunidense acabou fortalecendo um tipo de fascismo que fosse anticomunista, militarista (como todo fascismo), porém mais subserviente a entrada de capitais estrangeiros e aos interesses dos EUA. Deste modo, tal qual Pinochet, um neofascismo de tipo ultraliberal sempre foi mais adequado à realidade geopolítica latino-americana.

Por outro lado, apesar de compreender a dimensão neofascista do governo atual, entendo também como problemática a forma como o PT, por exemplo, adere à chantagista narrativa da “terra arrasada” e da “onda conversadora”. Como se, diante da conjuntura atual, fosse tarefa do movimento dos trabalhadores girar suas forças para defender a candidatura de Lula e do PT como “salvadores da pátria contra a barbárie fascista”.

A compreensão da dimensão neofascista do governo Bolsonaro serve para concretamente caracterizar, denunciar e pensar estratégias de luta antifascista para o momento atual e não para fomentar a narrativa dos “tempos áureos” do “paraíso perdido petista”. Não nos esqueçamos: o PT e a esquerda institucional foram o problema. Sua política de 13 anos de conciliação de classe nos explica porque chegamos aqui. Deste modo, de modo algum podem se apresentar como a solução.

Quando Luis Inácio Lula da Silva ataca as manifestações de 2013²⁸ e as relaciona com a ascensão da extrema-direita, ele tenta uma manobra para tentar legitimar o governo de Dilma e ocultar a política de conciliação de classes petista, a qual em um contexto de crise de representatividade abriu caminhos para o fascismo. Visa assim criar “um bode expiatório” para não ter que defrontar-se com as críticas corretas e à esquerda a política petista, bem como eximir o PT de responsabilidades nesse processo de ascensão da extrema-direita.

Pelo contrário, o levante popular de 2013 apontou o caminho correto: foi um processo altamente vinculado com o espírito de sua época, de horizontalidade, questionamento da institucionalidade e de enfrentamento do sistema, com a formação de acampamentos, ocupas, greves em todo país. O problema foi o quanto a esquerda institucional capitulou, como sempre, a esse contexto.

Se em 2013 é verdade que em determinado momento a extrema-direita tentou controlar o movimento, no saldo final não conseguiu. Ainda que determinadas manifestações tivessem um setor colorido de verde amarelo e levantando pautas vagas como “contra a corrupção”, ainda assim, as bandeiras principais se mantiveram as tradicionais bandeiras de esquerda (investimento público em saúde e educação), menos dinheiro pra empreiteiras, FIFA e Olimpíadas, etc.

Deste modo, entendemos também que esse “espírito de junho” transcende a esse período. Junho e seu questionamento a representatividade, no caso do RJ, aprofundou seu caráter classista em outubro com a greve da educação pública do SEPE-RJ²⁹. Uma greve que ocorreu dirigida pela base do sindicato, um movimento que ocorre apesar da direção do sindicato. Greve essa empurrada para radicalização pela base organizada.

²⁸ <https://www.conversaafiada.com.br/politica/lula-2013-teve-a-mao-dos-eua>. Acesso em 26/04/2020.

²⁹ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro.

Depois em fevereiro de 2014, esse espírito adentra a greve dos garis. Dessa categoria tão precarizada e predominantemente negra³⁰ (Silva, 2018). Que passou por cima de seu sindicato pelego e patronal e organizou uma greve pela base, à revelia do sindicato³¹. Adentra ainda 2016 com o movimento de ocupações de escola, um movimento independente, radicalizado e bastante questionador do movimento estudantil institucional (como no caso da UNE e demais entidades estudantis rechaçadas pelos ocupantes).

Sendo assim, todo esse levante não é culpado pela ascensão do fascismo, pelo contrário. Fascismo e o levante popular de junho estão em trincheiras completamente opostas. Na verdade, a ascensão fascista pode ser entendida muito mais como uma resposta ao levante popular de 2013, fortalecido não pelas manifestações de junho, mas pela conciliação de classes e pela “capitulação” da esquerda institucional.

Em suma, o "golpe parlamentar de 2016" não foi uma consequência de 2013, ao contrário. Todo esse processo que culmina com um ascenso da extrema direita é na verdade uma reação³² ao levante popular de junho de 2013.

Acontece que a luta de classes não é uma linha reta. Existem inúmeros exemplos históricos nos quais levantes do povo são sucedidos pela reação, pelo golpe, pelo fascismo. Negar isso só interessa para quem quer construir uma narrativa visando eximir de responsabilidades quem gerenciava o Estado na época.

Quem perseguiu os 23³³, quem criou a lei antiterrorismo, quem fortaleceu os setores conservadores neopentecostais, quem ocupou o Morro da Providência e a Favela da Maré com o Exército. O objetivo é claro, construir o mito do "paraíso perdido petista" visando criar uma hegemonia na esquerda e fortalecer-se para o jogo eleitoral.

Nesse sentido, para melhor compreender a realidade se faz necessário caracterizar corretamente a gestão petista do Estado burguês e seu sentido, para além de uma narrativa fácil da “onda conservadora” ou de vaga afirmação de que “político é tudo igual³⁴”.

³⁰ A greve dos garis e sua relação com 2013 é bem documentada no artigo de Selmo Nascimento “O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista” de 2018.

³¹ O sindicato é uma ferramenta importante para a luta de classes. Contudo, em certos casos a degeneração é tamanha que se faz necessário superá-lo.

³² Claro que não somente uma reação ao levante popular de 2013, mas ele foi sim um dos fatores.

³³ Os 23 manifestantes presos às vésperas da final da Copa do Mundo.

³⁴ Embora enquanto anarquista compreenda a dimensão da farsa do jogo eleitoral, contudo, para melhor entender os processos se faz necessário analisar as diferentes formas de se gerenciar o Estado burguês.

Se por um lado o petismo tente apresentar uma narrativa visando produzir “extremos puros”, colocando o petismo como bastião do progressismo em uma cruzada contra uma direita golpista e na defesa da classe trabalhadora, por outro a realidade objetiva é muito mais complexa.

Embora possamos admitir que o processo de *impeachment* Rousseff possuiu características, não de um golpe militar clássico, mas de um golpe parlamentar, por outro lado, é preciso entender as nuances corretas desse processo.

O PT geriu o estado não em um sentido antagônico com a classe dominante brasileira, pelo contrário. Em um contexto de ascensão econômica geriu o Estado no sentido da conciliação de classes. Por um lado, aliado com a burguesia nacional e aos setores conservadores da “velha política”, maximizando os lucros de banqueiros, empreiteiros, empresários e de outro com medidas para os trabalhadores que visavam a ascensão social pela via do consumo. Um cenário ideal para a burguesia enriquecer e ao mesmo tempo amortecer a luta de classes.

Acontece que ainda que tardiamente, quando a crise do capital atinge o Brasil, esse projeto bate no teto e a conciliação de classes já não era mais possível e interessante para a classe dominante. Sendo assim, a mesma classe dominante que outrora havia apoiado o projeto petista, a qual nunca foi enfrentada por ele, mas pelo contrário, foi apoiada e fortalecida, abandona o barco e clama por uma nova gerência de Estado (a via do *impeachment* e a posteriormente a adesão à Bolsonaro).

Nesse contexto de crise fazia-se necessária uma gerência mais “tradicional” e menos conciliadora, que pudesse tocar as reformas que o capital necessitava (reforma trabalhista, da previdência) “a toque de caixa”, de uma forma mais rápida e incisiva e não da forma mais gradual a qual o PT estava tocando.³⁵ Deste modo, o petismo é tirado de cena da gerência pela classe dominante não como um ferrenho opositor a ser derrubado, mas como um antigo aliado, com excelentes serviços prestados, mas que não era mais útil na nova conjuntura.

O problema não é de sentido da gerência (a tese do PT como polo antagônico à classe dominante e de defesa da classe trabalhadora), mas sim do ritmo lento dessa gerência, constrangida e pressionada por alguma base sindical, popular e estudantil. Nesse sentido que se insere a ascensão do governo Temer e posteriormente, sem conseguir construir uma

³⁵ O próprio Lula já havia iniciado uma reforma da previdência, por exemplo.

candidatura “liberal tradicional”, a classe dominante, ainda que parcialmente a contragosto³⁶, adere ao bolsonarismo e à extrema-direita.

Contudo, embora os tempos sejam sem dúvidas difíceis, como nesse trecho do comunicado da OATL:

(...) não acreditamos na tese da “terra arrasada”, que está em curso uma “onda conservadora” que irá arrastar todos e todas e que por isso devemos nos agarrar a qualquer partido social-democrata burguês. Essa tese é muito mais uma retórica política para defender que a classe trabalhadora fique a reboque da conciliação de classe e fortaleça os candidatos da conciliação. Se por um lado o ascenso da extrema-direita é um fato, por outro, a crise da democracia burguesa também abre caminhos para outras alternativas possíveis, como nos apontou 2013 e toda enxurrada de lutas, greves e ocupações que pipocaram de lá para cá e como nos demonstra a luta revolucionária do povo curdo pela sua completa emancipação. (OATL, Outubro 2018)

Deste modo, em suma, se o PT é parte importante do problema, se a conciliação de classes é um dos elementos que permitiu a ascensão do fascismo (e não 2013), devemos apontar que essa via não poderá solucionar essa crise e que se faz necessário abandonar a perspectiva do reformismo, do legalismo e da conciliação de classes. Devemos apontar consoantes com nosso tempo, o caminho das mulheres curdas, dos zapatistas, dos levantes populares latino-americanos, das greves de base, dos acampamentos de luta e dos jovens que ocupam escolas.

Não tenhamos medo de gritar: “não nos representam!” Retomar a luta revolucionária, superando o petismo, o legalismo e o reformismo, sem medo defender o socialismo³⁷ e outros mundos possíveis. Sem medo de defender, como é a tradição da esquerda revolucionária que é preciso “arrebentar o sistema”. Tarefa essencial que pede o nosso tempo.

Um duro golpe no coração do capitalismo? Será preciso muito mais do que um vírus!

Li atentamente o otimista artigo de Slavoj Žižek intitulado *Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo* (Žižek 2020). Nele o filósofo expõe sua visão sobre a crise do novo coronavírus, comparando-a com um golpe das artes marciais.

Nesse golpe mítico, apresentado na cena final do filme *Kill Bill* de Tarantino, a vítima é atacada sequencialmente em cinco pontos vitais. Após esse ataque, ela continua

³⁶ Pela incapacidade de construir uma candidatura psdbista.

³⁷ Até mesmo reformistas como Bernie Sanders tiveram êxito ao operar discursos mais radicais (com um programa mais radical ao menos que partidos como o PSOL brasileiro) e defender o socialismo.

consciente, conversando até que caminhe cinco passos e seu coração automaticamente explode sem nenhum golpe adicional.

Zizek utiliza essa metáfora para descrever a possibilidade da crise do novo coronavírus ter um resultado positivo: a ruína do sistema capitalista, tal qual uma “técnica dos cinco pontos” atacando a ordem social. A tese central do artigo pode ser sintetizada nessa afirmação:

A minha modesta opinião é muito mais radical. A epidemia do coronavírus é uma espécie de “técnica de cinco pontos para explorar um coração” destinada ao sistema capitalista global. É um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical. (Zizek, 2020).

Por outro lado, autores como o italiano Giordano Agamben, tem uma visão bem mais pessimista do que a do autor em questão, enxergando a possibilidade da pandemia ser um pretexto para que os governos adotem medidas “excepcionais” militarizadas, de controle e autoritarismo. Nesse sentido, a preocupação do autor é justamente que essas medidas sejam estendidas também na volta “à normalidade”, em virtude do fracasso das democracias liberais em lidar com o vírus e do sucesso da China.

Por outro lado, a visão otimista de Zizek nos faz recordar a antiga teleologia marxista, adotada pelos Partidos Comunistas ligados a Terceira Internacional. Uma visão otimista, determinista e semi-positivista da História: a ideia de que o mundo “marcharia rumo ao comunismo” inexoravelmente.

Contudo, a teleologia marxista foi superada, até mesmo pelos marxistas. Se tampouco a história caminhe rumo à abolição das classes, tampouco ela inexoravelmente marcha rumo à barbárie. Em uma visão dialética e materialista, e anarquista, é possível compreender que os rumos da História estão em constante disputa, em luta, sem determinações teleológicas nesse sentido. Para além de determinações em esquemas econômicos fechados.

Deste modo, embora Zizek tenha o mérito de apontar alguns fatores positivos da crise, como a questão da defesa do internacionalismo e do sistema único de saúde, ele falha ao “esquecer” um fator essencial muito caro na perspectiva socialista, o protagonismo popular, expresso na consígnia da primeira internacional: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Salta aos olhos o fato deste texto e quase nenhum dos textos da coletânea de artigos da editora *Terra sem Amos*³⁸ apontar para qualquer necessidade de mobilização coletiva, ação organizada, ou ação direta dos trabalhadores. Ainda mais em um contexto de revoltas populares latino-americanas.

Uma coletânea de textos socialistas, na qual falta “gente”, “povo”, gente real de carne e osso. Nesse sentido, não há golpe de *Kill Bill* que desmantele o capitalismo sozinho, sem revolta popular, insurreição, revolução, luta.

Dentro dessa lógica, por um lado a pandemia de coronavírus expõe as estranhas do capital, suas contradições, mas por outro ela sozinha não levará necessariamente a uma mudança radical na ordem social capitalista. Se por um lado é verdade que a pandemia expõe a inoperância do capital em resolver a questão social e resgata um debate sobre cooperação, internacionalismo, por outro se faz necessário luta. Como nos aponta a História, só uma grande insurreição popular poderá impulsionar a ruptura com o sistema capitalista. Deste modo, a volta à “normalidade capitalista” poderá ser colocada em xeque de fato, com um golpe letal: a ação direta da classe trabalhadora.

Contudo, por outro lado, para resistir à pandemia uma lição importante se faz necessária. Colocar em prática antigos conceitos da classe trabalhadora muito caros para o anarquismo: solidariedade, apoio mútuo, bem como defender a organização de base, comitês de defesa, conselhos populares, organismos de poder popular dos bairros, favelas e periferias em defesa da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na experiência do RJ, temos observado importantes iniciativas no Morro de Providência, em Acari, Complexo do Alemão e Favela da Maré que caminham nesse sentido. Uma tradição de cooperação também presente na luta quilombola e indígena. O entendimento da importância da unidade para resistir à opressão, como na Confederação dos Tamoios, como em Palmares e tantos outros exemplos.

Deste modo, a disputa de fato, para além de otimismo ou fatalismo é para que a volta à “normalidade capitalista” se torne o problema e não a solução para a atual crise. Sua superação não pode ser nos marcos do capital, pois sendo assim, só estaremos possivelmente adiando uma nova crise pandêmica. Nesse sentido, é preciso “novamente arrebentar o sistema” seguindo os exemplos revolucionários do século XXI, como da Revolução

³⁸ ZIZEK, Sloy et AL (2020), Coronavírus e a Luta de Classes. Terra sem Amos: Brasil.

Libertária de Rojava. Apoiando e jamais criminalizando revoltas populares como as do Chile, Equador, Haiti de 2020 e a do Brasil em 2013.

Superar as perspectivas da esquerda “pós-moderna” liberal, como o reformismo e legalismo, e impulsionar, como nos ensina Bakunin, uma revolução popular construída de baixo para cima, com protagonismo dos mais oprimidos. Na experiência brasileira, “voltas para as bases”, disputar nas favelas, periferias e presídios palmo a palmo com a hegemonia do conservadorismo liberal neopentecostal. “Trabalhar pela base, mais e mais pela base” como dizia Carlos Marighella.

O século XXI está aberto. A disputa está aberta. Se o século XX foi o século das revoluções “socialistas estatistas”, quem sabe o século XXI poderá ser o século das revoluções socialistas libertárias.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail. (2003), Estatismo e Anarquia. (2003) Editora Imaginário, Edição, 1.

CARRANO, Pedro. (2016), A História da Comuna de Oaxaca. Curitiba.

DA SILVA, Selmo Nascimento. (2018), O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), v. 18, p. 89-101.

DE MORAES, Wallace S. (2018), 2013 – Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. 1. ed. Rio de Janeiro: OTAL/UFRJ.

EZLN. (1994), Primeira Declaração da Selva Lacandona. IN. <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>

_____. (1994), Segunda Declaração da Selva Lacandona. IN. <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>

FRIEDMAN, Milton. (2002), Capitalism and Freedom. Chicago: The Chicago University Press.

FUKUYAMA, Francis. (1993), O Fim da História e o Último Homem, Rio de Janeiro. Rocco.

KROPOTKIN, P. (2012), Apoio Mútuo- Um Fator de Evolução. Trad: Dinah de Abreu Azevedo, Editora Deriva.

Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Londres. (1884), In. MARX, Karl. Obras Escolhidas em três tomos, Editora Avante!, tomo II, pág: 5-13.

MORAES, Isaias Albertin et al. (2017), O Municipalismo Libertário e a Revolução de Rojava. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2.

Organização Anarquista Terra e Liberdade. (2018), Uma análise sobre o Liberalismo no Anarquismo, Rio de Janeiro. In. <https://terraeliberdade.org/>.

Organização Anarquista Terra e Liberdade, (2011), Jornal Terra e Liberdade n.1. Rio de

ZIZEK, Sloj et AL (2020), Coronavírus e a Luta de Classes. Terra sem Amos: Brasil.